



As transformações culturais na paisagem de Olinda: Apropriações estudantis da cidade no século XIX

Cultural transformations in the landscape of Olinda: Student appropriations of the city in the 19th century

Noemí Dayana de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-7611-3074>

Professora do Departamento de História da UEPB.

Doutora em História pela UFRGS. Mestre e graduada em História pela UFCG.
Atualmente, é vice-líder do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas
(NUHLC/UEPB).

<http://lattes.cnpq.br/3290103571104176>.
noemia.oliveira@servidor.uepb.edu.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar as transformações culturais na paisagem dominante de Olinda/PE nas primeiras duas décadas do século XIX, buscando verificar como os membros da Academia de Direito fizeram diferentes intervenções nos espaços internos e externos do Mosteiro de São Bento. Esse prédio juntamente com um vasto complexo arquitetônico faz parte do Sítio Histórico tombado como Monumento Nacional em 1980. Apesar da carga simbólica que eles possuem atualmente, no passado esse espaço possuía “usos” de moradia dos padres e estudantes e de expressivas lutas políticas. Com isso, esperamos contribuir com a discussão das paisagens dominantes, pensando as diferentes intervenções humanas que controlam e remodelam o espaço geográfico, partindo de dois guias turísticos de Gilberto Freyre e das Atas da Congregação de Lentes da Academia de Direito (1828-1832), estas disponíveis digitalmente no Arquivo CCJ (Curso de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco).

Palavras-chave

Academia de Direito. Mosteiro de São Bento. Estudantes. Paisagem. Olinda.

Cultural transformations in the landscape of Olinda: Student appropriations pf the city in the 19th century

Abstract

This study aims to investigate the cultural transformations in the dominant landscape of Olinda/PE in the first two decades of the 19th century, seeking to verify how members of the Academy of Law made different interventions in the internal and external spaces of the Monastery of São Bento. This building, together with a vast architectural complex, is part of the Historic Site listed as a National Monument in 1980. Despite the symbolic charge they currently hold, in the past this space had “uses” as housing for priests and students and for expressive political struggles. With this, we hope to contribute to the discussion of dominant landscapes, considering the different human interventions that control and remodel the geographic space, starting from two tourist guides by Gilberto Freyre and the Minutes of the Congregation of Lentes of the Academy of Law (1828-1832), the latter available digitally in the CCJ Archive (Legal Sciences Course of the Federal University of Pernambuco).

Keywords

Academy of law. Monastery of St. Benedict. Students. Landscape. Olinda.



1. Introdução

“Nesse verão tu és a luz que ilumina
Meu coração de carnaval e purpurina
Todas as rimas de Olinda menina
Estrela matutina de toda a canção
Canção que vem e vai brilhar
Em um domingo azul do mar
De Olinda, de Olinda”
(Noites Olindenses)

O cantor popular não nos engana. Olinda, atualmente, está simbolicamente associada ao carnaval, às folias e aos bonecos gigantes, assim como esteve associada à Igreja, aos padres e as revoltas liberais no passado. Reconhecida nacionalmente pelas manifestações carnavalescas, os espaços centrais da cidade são ocupados anualmente pelos foliões durante os dias de festa. Mas assim como o carnaval, essas apropriações da rua foram historicamente construídas a partir do conflito de interesses sagrados e profanos – de um lado as paisagens dominantes¹ dos padres e monges; do outro lado, as paisagens alternativas² propostas pelos carnavalescos e seus blocos do começo do século XX.

No entanto, pouco se sabe sobre a paisagem simbólica e dominante da cidade de Olinda a partir dos questionamentos dos agentes modeladores³ que vieram antes dos foliões carnavalescos. Um desses agentes foi a comunidade acadêmica do Curso Jurídico, instalado, inicialmente no

¹ Afirmando a existência de uma cultura dominante, Cosgrove (2012) diz que esta é uma expressão de um grupo ou classe, cuja dominação se projeta em terra, capital, matéria-prima e força de trabalho e se expande para as imagens e os símbolos (a ideologia), que é oriundo da sua experiência própria, mas circula socialmente como uma experiência verdadeira e universal.

² Reconhecendo o conflito de interesses dos grupos e/ou classes sociais sobre o espaço, Cosgrove (2012) define que essas paisagens são menos visíveis, pois que elas estão subordinadas à uma cultura dominante e/ou oficial, nacional.

³ Esclarecemos que esse não é o nosso objetivo, isto é, o de analisar os agentes modeladores das cidades e dos territórios como o fez Pedro de Almeida Vasconcelos em relação aos prédios católicos de Salvador. Apesar disso, nos sentimos à vontade para aplicar este conceito em relação à paisagem dominante, que precisa fortalecer constantemente a partir de elementos simbólicos, a sua dominação sobre o espaço e a sua organização. Para maiores informações ver Vasconcelos (1997).



Mosteiro de São Bento e depois transferido para um prédio em Recife/PE. Diante disso, o nosso objetivo nesse estudo é deslocar o “olhar comum” sobre Olinda e a cultura do carnaval de rua, para questionar o passado, os usos e as apropriações do espaço interno e externo do mosteiro pelos professores e estudantes, bem como as casas e outros elementos daquela cidade na primeira metade do século XIX.

Para tanto, a justificativa desse estudo tem duas direções: a primeira é que ela faz parte do segundo capítulo da minha tese de doutorado em História, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que analisou a trajetória de um aluno da primeira turma de Direito de Olinda, o reconhecido padre José Antônio Pereira Ibiapina; a segunda diz respeito a necessidade de inverter a escala de observação do espaço urbano, especialmente das cidades coloniais como Olinda, valorizando não apenas os seus prédios e arquiteturas, mas os seus agentes modeladores, como os professores, os foliões e outros grupos populares como potencialmente capazes de remodelar o espaço urbano.

Para atingir esse objetivo, isto é, problematizar a ação dos agentes modeladores na cidade de Olinda, especialmente no oitocentos, utilizamos na primeira parte do artigo dois guias turísticos de autoria do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1934 e 1939), problematizando as impressões desse autor sobre a paisagem dominante de Olinda, sem perder de vista o intuito de uma produção literária como esta que é a de induzir as ações dos turistas em determinado espaço geográfico, a partir da intenção de classe e de interesses específicos.

Na segunda parte, para contrapor a concepção de paisagem dominante de Olinda utilizada por Gilberto Freyre e difundida entre os moradores e visitantes daquele espaço, utilizamos as Atas da Congregação de Lentes⁴ da Faculdade de Direito (1828-1832), as quais estão disponíveis no *sítio eletrônico* do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (CCJ-UFPE), uma produção escrita com caráter de relatório administrativo sobre as ações dos professores, alunos e diretores na Faculdade e, sobretudo, na cidade de Olinda.

Essas Atas disponibilizadas em formato digital a partir de documentos datilografados foram mais difíceis de selecionar do que os guias turísticos, haja vista a necessidade de contrapor o

⁴ Termo utilizado para designar os professores e/ou docentes da Faculdade.

discurso da paisagem dominante difundida e sustentada até hoje sobre Olinda. Por isso, o processo de seleção desses documentos considerou o conteúdo mais do que o suporte (papel, dimensão, circulação, etc.), o que passou pela digitalização e seleção de trechos do texto em que constassem relatos dos professores sobre os problemas da cidade, como a falta de iluminação, estradas, armazéns, farmácias, bibliotecas ou evidenciassem a presença de espaços de lazer, como praças, bares, entre outros.

Por fim, a escolha das fontes se deu pela problemática central e a vinculação teórico-metodológica do presente estudo que é o da Nova Geografia Cultural, o qual amplia a noção de paisagem para articular ao de classes sociais, haja vista que a dominação da classe dominante se dá não só materialmente, mas simbolicamente nos espaços, nos comportamentos, nas culturas em geral (COSGROVE, 2012). Ademais, considerando as classes e as suas formas de dominação, utilizamos o conceito de agentes modeladores do espaço (VASCONCELOS, 1997) para pensar os sujeitos que incidiram sobre a paisagem de Olinda, questionando a dominação colonial e eclesiástica a partir das alternativas e resistências dos professores e estudantes nos espaços públicos de Olinda.

2. “Oh linda”: Conhecendo a paisagem dominante da cidade

A vila de Olinda foi fundada em 1535 pelo donatário português Duarte Coelho Pereira. Obviamente que esse fato não esgotou as construções (materiais e culturais) realizadas naquela cidade. O próprio nome da vila desperta curiosidade como um dos elementos que imprime, simbolicamente, as expressões sobre a paisagem. Expressões que estão diretamente relacionadas ao olhar do colonizador sobre as novas terras (novas posses territoriais e culturais) colonizadas. No entanto, no imaginário popular, elas se reduzem a expressão utilizada pelo donatário (“*Oh linda situação para fundar uma vila*”) ao deparar-se com a beleza natural e as riquezas orgânicas dos montes, do rio Beberibe e do mar daquele espaço.

Independentemente da veracidade ou não desses fatos, sabemos que os agentes modeladores das cidades coloniais, segundo Vasconcelos (1997), são mais expressivamente o Estado português e

a Igreja. Em Olinda, mais do que ação da Igreja – que parece algo uniformemente ligado às construções barrocas – foram as ordens religiosas dos beneditinos, dos franciscanos e outras, que invadiu a capitania de Pernambuco e modelou de cores e símbolos, que imprimiram a sua cultura na paisagem da cidade.

É importante ressaltar que nem todos os símbolos presentes na cidade de Olinda têm necessariamente um significado sagrado e/ou guarda o significado original. Mas àqueles que permaneceram conservados, pelo menos visualmente falando foi, sobretudo, pelo trabalho de reconhecimento de Olinda⁵ como Monumento Nacional, pela Lei federal nº 6368/80 e como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco⁶, em 1982. Esse processo correspondeu ao tombamento de uma área equivalente a 1,2km², reconhecida hoje como Centro Histórico de Olinda, e cerca de 1.500 móveis, que conservam vários estilos arquitetônicos, entre eles, o barroco, o neoclássico e o eclético (IPHAN, 2014). Por esse motivo, o atual sítio histórico localizado no centro da cidade é protegido como espaço de “interesse público”.

Tal atitude, apesar da importância cultural e histórica, não questiona os elementos e símbolos da paisagem dominante. No caso de Olinda, o *Diagnóstico da situação existente no Sítio Histórico de Olinda-PE*, elaborado a partir do convênio Prefeitura de Olinda e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2007, reafirmou o discurso da cultura dominante, isto é, o de que algumas ações populares, como dos foliões, são maléficas para a conservação do patrimônio. Por outro lado, este tipo de diagnóstico revelou o quanto estéril e onerosa é a conservação desses prédios tombados no Brasil.

Diante disso, vale questionarmos: a quem interessa manter as imagens e os prédios da paisagem dominante de Olinda? Reconhecida como espaço de poder e de disputa de interesses, a cultura dominante formatou tal paisagem a partir dos seus interesses, fazendo prevalecer determinados elementos sobre outros, como por exemplo, a luxúria dos prédios e a boa localização deles em relação às construções populares. Essa conservação da paisagem dominante de outrora em

⁵ Olinda foi a segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil. A primeira cidade foi Ouro Preto (MG).

⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



Olinda, esconde a incapacidade da infra-estrutura urbana, como o saneamento básico, o abastecimento de água em alguns bairros, a miséria dos moradores de rua, entre outros problemas.

Por isso, a paisagem dominante implica necessariamente a existência de uma paisagem alternativa, que é própria dos grupos populares e, que na lógica capitalista se torna menos visível. Em Olinda, para que isso acontecesse, foi preciso entender que tais símbolos não eram estáticos e precisavam ser reproduzidos cotidianamente. A literatura, a música e as artes visuais foram importantes elementos para que isso se efetivasse.

Um dos mais importantes agentes dessa reprodução foi o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Ele reuniu em dois livros (**1º Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife; 2º Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental da cidade brasileira**) as suas impressões de paisagem, de turismo e de modernização das cidades. Com um formato reduzido, esse tipo de literatura (“guia turístico” é considerado “mais pobre” que as narrativas de viagem) tem o objetivo de ser precisa e oferecer informações e itinerários fixos. No entanto, o autor desafia o gênero no título: é guia prático, mas também histórico e sentimental.

O livro dedicado a Olinda saiu em 1939, mas o sociólogo Freyre não atribuiu nenhum dos seus sessenta capítulos (aproximadamente) às manifestações culturais do carnaval, que já era reconhecido nacionalmente. Essa publicação é diferente da anterior (1934) que tinha tons de “saudade” da sua cidade natal (Recife), neste Freyre oferecia ao turista uma narrativa sobre a paisagem natural e histórica de Olinda, cujos símbolos enfatizados são os da cidade “relíquia do passado” ou ainda de “ruína”.

No relato, os prédios, as ruas e os jardins que não existem em si, mas ganham significado através das práticas sociais que nelas aconteceram, o autor enfatiza a “Olinda heróica”, sobrevivente dos saques piratas e do incêndio dos holandeses em 1631. Portanto, os espaços escolhidos pelo autor – os mosteiros, as igrejas, o Palácio dos Bispos, o Museu de Olinda, os jardins, o primeiro engenho de açúcar, etc. – são coincidentemente aqueles que fazem parte atualmente do sítio histórico da cidade e/ou possuem referência a dominação portuguesa de outrora.



Figura 1 – Mosteiro de São Bento construído em 1586 e reconstruído em 1654



Fonte: Sítio eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Diferente de outros elementos destacados, as construções religiosas como o Mosteiro de São Bento e o Convento dos Franciscanos são apresentadas por Freyre a partir de um olhar “de dentro”, isto é, valorizando os azulejos, as madeiras utilizadas, entre outros.

Dos conventos de Olinda, hoje de pé e com religiosos, que merecem a visita do turista, destaca-se o de São Francisco, fundado em 1585, incendiado pelos holandeses em 1631 e reconstruído em 1715 a 1755 [...] O interior da igreja do convento ostenta painéis de azulejo representando a vida de Nossa Senhora que são dos mais bonitos de Olinda. Mas os mais raros pelo colorido e mais surpreendentes pelos assuntos – todos profanos – são os do corredor da sacristia. Esta se impõe à admiração do visitante pelas suas cômodas de jacarandá entalhado. São cômodas que pertencem àquele tipo de móvel brasileira talvez mais patriarcal que de convento (FREYRE, 1944, p. 121).

E o olhar “de dentro” do Mosteiro de São Bento:

A primeira construção, dizem as tradições que era um belo edifício. Arruinado com o incêndio de Olinda pelos holandeses, o mosteiro foi depois reparado. (...) A capela-mor da igreja do convento é uma das mais bonitas do Brasil, pelo douramento e pela ornamentação. A sacristia, opulenta de obras de talha em jacarandá, tem também, digno de admirar, um lavatório de pedra. Veem-se ainda pinturas de episódios de São Bento: algumas são interessantíssimas (FREYRE, 1944, p. 127-128).

Os símbolos ressaltados pelo autor, dos espaços internos das construções, revelam expressões de um período em que os colonizadores se confundiam com a religião católica, expressões que também podem ser conferidas no frontispício das casas, dos prédios públicos e demais construções de Olinda. Dos conventos e todo complexo arquitetônico religioso, Freyre selecionava as “ruínas” urbanas, mas enfatizava as reconstruções – mais um crédito a paisagem dominante (do colonizador) de Olinda.

Figura 2 – Altar-mor



Figuras 3 e 4 – Portas e púlpito do Mosteiro de São Bento



Fonte: Encarte “Rotas do Patrimônio” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

A confirmação do elogio freyreano à cultura dominante do português colonizador está explícita no capítulo *Coimbra Brasileira*, cuja associação mais revela a tentativa de tornar Olinda um atrativo para o estrangeiro-turista, do que buscar semelhanças entre as paisagens daqui e de acolá, exceto as características de cidade universitária das duas, bem como a presença dos rios Beberibe e Mondengo.

Mas a presença de estudantes, professores e demais necessidades de um curso superior transformaram os usos e apropriações⁷ dos espaços urbanos. Em Olinda isso não foi diferente. Segundo Freyre, a cidade que era “a bela adormecida dos montes”, foi de 1827 a 1854, apropriada pelos estudantes de Direito, dominando-a com alegria, suas troças, seus discursos e jornais políticos. Contudo, o autor encobriu as tensões vividas entre estudantes, padres e professores, confirmando, uma vez mais, a paisagem dominante de Olinda.

3. Estudantes e professores: Desvendando as paisagens alternativas de Olinda

Em Olinda, a paisagem dominante que prevaleceu conservada como Monumento Histórico e Cultural foi questionada primeiramente pelos próprios grupos da classe dominante, os quais desejavam a secularização do Estado no século XIX e, portanto, a secularização do patrimônio pertencente à Igreja católica. Aqui está o primeiro passo para as transformações culturais na paisagem dominante daquela vila.

Os primeiros grupos divergentes vieram com a instalação do curso jurídico – a Academia de Direito, que foi provisoriamente instalada no prédio do Mosteiro de São Bento (Figura 1), mas se estabeleceu por mais de trinta anos nesse local (1827-1852). Esse fato histórico acirrou os conflitos acerca da organização do espaço interno e externo do Mosteiro.

As dependências ocupadas pelo primeiro curso jurídico trouxeram problemas para os beneditinos, que tiveram suas dependências e rotinas alteradas, sem falar na paisagem escura,

⁷ Corroborando com a concepção de Cosgrove (2012) de que as paisagens possuem significados simbólicos porque são apropriações e transformações do meio ambiente pelo homem, resolver utilizar o conceito de apropriação segundo Chartier (1988) que está relacionado à História Social das Interpretações que remete as determinações (sociais, institucionais e culturais) e inscrita em práticas específicas.



compartimentações fechadas e sombrias. Mas é bom que se diga: tanto essa paisagem dos beneditinos, quanto a paisagem que se desejava ter com a primeira Academia de Direito (salas amplas, iluminadas e mobílias modernas) eram paisagens dominantes, que irrompiam em conflitos, representando divergências internas à classe dominante do país.

A ata da reunião da Congregação de Lentes⁸ após três anos de instalação do Curso Jurídico apresentava essas dificuldades e cobrava ao governo imperial não só o prédio, mas também os benefícios da transferência para outra cidade:

Enquanto finalmente a mudança do curso para o Recife não pouca e assaz poderosa razão, determinaram a Congregação invoca-la, tais são: a insalubridade do país por causa do pântano que o cerca de um lado e umidade das casas térreas e não forradas, donde procedem a contínuas sessões, a falta absoluta de médicos, cirurgiões e boticas para as curar. [...] A falta de política e por consequência de segurança e não podê-la ali haver sem grande dispêndio do Estado com austeridades, força armada e lampiões, quando no Recife há suficiente para proteger a todos. A falta de distração nas horas vagas para os que não têm meios de ir procurar no Recife, donde nasce às intrigas, o jogo e outros vícios ainda piores o abuso desta mesma distração para os que a tem ao seu alcance, porque não distando Olinda do Recife se não uma pequena légua, basta terem os alunos com que alugar uma canoa para irem à foz dela com desperdício do tempo na viagem, dinheiro e estudo (Ata da Congregação, 1831).

Olinda, no período de instalação do curso, já não era mais a capital de Pernambuco. Por esse motivo, a comunidade acadêmica, que também fazia parte da cultura dominante, se questionava o porquê da escolha dessa cidade como sede para esse investimento, já que as dificuldades sobressaíam as vantagens. Porém, entre as antigas capitâncias (agora províncias) do Norte, essa vila era a única que sustentava os símbolos e imagens dos primeiros cursos superiores do Seminário de Olinda em 1800⁹.

⁸ A Congregação de Lentes era um grupo de professores (dinâmico) que se reuniam constantemente para discutir temas de relevância para o curso. A cópia que iremos foi de uma ata da reunião de 25 de maio de 1831, em que estava presente Lourenço José Ribeiro (diretor da época), Manoel José da Silva Porto, João José de Moura Magalhães, Antônio José Coelho, Pedro Autran da Matta e Albuquerque, Marcos Antônio de Araújo Abreu, Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e Felippe Jansen de Castro Albuquerque. Ela foi redigida por José Miguel de Souza Magalhães Júnior.

⁹ A criação de Seminário ocorreu pelo bispo português Azeredo Coutinho, antecedendo a criação dos cursos jurídicos no Brasil. Esses, por sua vez, tiveram discussões que duraram, aproximadamente, uma década. Com a chegada da Corte

Entretanto, os usos e apropriações de um prédio ou mesmo de uma cidade por um curso superior é diferente de uma comunidade religiosa como a dos beneditinos. Para melhor compreendermos, essa ordem religiosa é a mais antiga do catolicismo na valorização de comportamentos e práticas da clausura, fazendo com que esse grupo esteja cotidianamente organizado em espaços reclusos. Com o passar dos tempos, a disciplina da ordem foi sendo alterada, e no Brasil, o curso jurídico impactou nessa alteração.

No aspecto físico, o impacto se deu em usos diferenciados dos interiores, como a sala em cima da sacristia, além de dois ângulos, um em cima do outro, fechados grosseiramente com tábuas, que foram convertidos em duas saletas. Existiam ainda dois cubículos com uma porta de comunicação entre eles que servia como secretaria. Segundo um dos diretores, o bispo Dom Tomás Noronha, o prédio era velho, com paredes desaprumadas, rachadas e madeiramento podre (BEVILAQUA, 1977).

Além disso, as apropriações dos professores e estudantes geraram outras maneiras de usar os espaços internos do Mosteiro, provocando o burburinho das vozes, a sirene que anunciava o início de uma aula e o fim de outra, sem falar no entrar e sair dos espaços internos¹⁰ que interferia nas orações e nos recolhimentos dos monges. Segundo Pereira (1977), os próprios beneditinos ao receberem ordens do governo imperial para ceder o Mosteiro, não só se negaram como aguentaram todos os ônus dessa empreitada.

Por isso, a Congregação não se cansava de denunciar as péssimas condições do Mosteiro, mas toda a infra-estrutura da vila, que era insuficiente para suportar a quantidade de novos moradores (os estudantes, professores e outros), já que, segundo os professores em reunião, aquela cidade era pouco habitada e bastava ter o Cabido e algum comércio para mantê-la. E mais, a proximidade com o Recife, ofuscava Olinda, pois que médicos, boticários ou comerciantes não iriam abandonar uma cidade cômoda e abastada para satisfazer as urgências acadêmicas.

portuguesa ela se intensificou, tendo sido efetivada após a independência. Vale ressaltar que a criação de faculdades/cursos superiores na América espanhola, por exemplo, já era uma máxima desde o século XVI.

¹⁰ Existiam alunos, como o padre Ibiapina, que além de estudantes da Academia eram internos (moravam) no Mosteiro. Os seus biógrafos afirmam que, ao perceber o incômodo que gerava na rotina dos monges, o jovem Ibiapina resolveu pedir abrigo aos padres oratorianos e mudou-se para o Convento da Madre de Deus, no Recife.



Por isso, surgiram as paisagens alternativas dos professores e diretores no próprio Mosteiro, adaptando o prédio para as aulas, as atividades administrativas e a biblioteca, bem como a dos estudantes nas ruas, nos jornais acadêmicos e nas atividades políticas no centro de Olinda. Pela característica dessas últimas atividades, isto é, de caráter intelectual e político, as expressões no espaço urbano eram menos visíveis, mas igualmente importantes para modelar os comportamentos e as práticas da cidade.

Nas primeiras décadas do século XIX, Olinda deixou de ser um espaço urbano calmo, de clausura e de penitência dos monges, para ser o palco de revoltas populares e, consequentemente, a ocupação dos espaços urbanos como foi na Setembrizada, na Novembrada e na Abrilada¹¹. Esses acontecimentos geraram necessidades como a circulação da cultura acadêmica e de informações políticas, como se deu nos jornais *O Olindense* e o *Argos Olindense*. Em vista disso, os símbolos e a paisagem que remontavam as estruturas sagradas passavam a ser questionadas por elementos profanos, cujo caráter subversivo foi monitorado por forças repressivas do império.

Em consequência disso, acreditamos que a comunidade acadêmica de Direito, embora não tenha construído novos prédios ou alterado fisicamente os espaços urbanos de Olinda, tornaram-se um dos primeiros grupos sociais a propor uma paisagem alternativa por meio dos itinerários realizados, já que muitos estudantes eram de outras províncias ou moravam em Recife, gerando circulação diária nas estradas. Além disso, a presença dos bacharéis na cidade impactou na criação de periódicos e de outros impressos, o que movimentava a primeira livraria Pinheiro Faria & Cia, bem como as reuniões e discursos políticos em espaços públicos, as rodas de música realizadas pelos estudantes nas noites de Olinda foram as primeiras ações de mudanças naquele lugar.

4. Considerações finais

No carnaval, o espetáculo de cores, ritmos e alegorias que invadem as ruas de Olinda, torna a cidade o espaço mais democrático do país. Apesar disso, é importante ponderar quais são os fatores positivos e negativos dessa grande festa popular, já que devido a sua magnitude e

¹¹ Revoltas populares que ocorreram em Pernambuco, especialmente em Olinda e Recife, nos primeiros anos da década de 1830. Para maiores informações ver Andrade (1956).



interferência na lógica de mercado, são feitas alterações constantes no seu formato e no seu festejo, que segundo os poderes públicos visa fortalecer e, sobretudo, proteger o Sítio Histórico como polo cultural e turístico.

O espaço protegido é atualmente um território de 1,2 km² de área de tombamento e 7,84 km² de área de preservação ambiental, que resguardam a paisagem dominante numa espécie de “moldura histórica” de Olinda entre prédios antigos e religiosos, envoltos em uma significativa presença vegetal (LOUREIRO, 2012). Contudo, longe da Zona de Preservação¹², a paisagem da cidade é completamente diferente.

No blog *Olinda Urgente*, uma jornalista local (e demais moradores dos bairros periféricos) denunciou os poderes públicos entre os anos de 2007-2019 pelas suas obras inconclusas, a falta de recolhimento do lixo, o saneamento básico insuficiente, a falta de iluminação nas ruas, entre outros motivos. Com uma população de mais de 40 mil pessoas, a cidade cresceu, mas os seus serviços continuam insuficientes desde o século XIX.

Foi, sobretudo, a instalação do curso jurídico em Olinda que desvendou as ruínas e a inutilidade dos símbolos históricos e religiosos que foram escolhidos pela cultura dominante na cidade. Isso porque as expressões literárias, jornalísticas, políticas e artísticas passaram a representar outros usos e apropriações dos espaços urbanos que era feito pelos professores e estudantes. E antes mesmo dos foliões e da energia contagiante do carnaval invadir as ruas da cidade, os símbolos e as imagens da paisagem dominante eram dessacralizados pelos bacharéis em Direito.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. As sedições de 1831 em Pernambuco. **Revista de História**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 337–407, 1956.

¹² Conhecidas como Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística (ZEPEC).

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** 2^a ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

BICA dos Quatro Cantos tem destino melancólico. **Blog Olinda Urgente.** Olinda, 3 de abril de 2008. Disponível em: <http://olindaurgente.blogspot.com/2008/04/bica-dos-quatro-cantos-tem-destino.html>. Acesso em: abril/2020.

CÓPIA de uma parte da ata da Congregação dos Lentes da Academia de Direito. Olinda, 25 de maio de 1831. [Datilografado]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hFCwOQURXL12RDcVIE-BF145xyz6Dfvk/view>. Acesso em: abril/2020.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (orgs). **Geografia cultural: uma antologia** (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. pp. 219-237.

CHARTIER, Roger. Introdução: Por uma sociologia das práticas culturais. In: _____. **A história cultural: entre práticas e representações.** 2^a ed. Trad. Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988. pp. 13-28.

FREYRE, Gilberto. **Olinda, 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

IPHAN. **Rotas do patrimônio:** Uma viagem através da história. Olinda Mosteiro de São Bento. Pernambuco, 2014. p. 3-14.

LOUREIRO, Juliana Coelho. Quintais de Olinda – uma leitura indiciária sobre sua gênese. **Anais do Museu Paulista.** Vol. 20, n. 1. São Paulo: jan.-jun. 2012. pp. 231-281.

PEIXOTO, Fernanda. A cidade e seus duplos: os guias de Gilberto Freyre. **Tempo social.** Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1. São Paulo, junho/2005. pp. 159-173.

PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife:** ensaio biográfico (1927-1977). Recife:
Editora Universitária (UFPE), 1977.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período
colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.
Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp.
247-273.

Artigo submetido em 24/09/2024, aceito em 29/04/2025 e publicado em 20/12/2025.

